

## LIGAS CAMPONESAS, ESBOÇO DE ANÁLISE DE UMA CONSTRUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Nivalter Aires dos Santos

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande  
Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis – Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG)  
Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Economia do Nordeste – GPNe (UFCG)

**Resumo:** Este trabalho objetiva analisar as Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro em uma perspectiva contra-hegemônica. Nesse sentido é preciso entender o conceito de “hegemonia” em Gramsci, afim de buscar uma ideia de “contra-hegemonia”. É imprescindível entender o debater sobre o campesinato no Brasil, visto que a esquerda brasileira travou forte discussão, a partir da década de 1950, sobre sua existência ou não; e, por fim, fazer uma análise das praticas das Ligas Camponesas. Nosso método de investigação se dá no campo teórico, fazendo a discussão sobre os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia, campesinato, campesinidade. Os resultados apresentam que o conceito de contra-hegemonia é valido para avaliar a situação concreta de luta da classe trabalhadora e de seus aliados, como aconteceu com as Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro, que se valeram de uma estratégia de usar uma linguagem simples, muitas vezes profética, e dessa forma conseguiram atingir grande parcela da população nordestina que vivia em condições precárias no campo.

**Palavras-chave:** Hegemonia. Contra-hegemonia. Ligas Camponesas.

**Resumen:** Esta ponencia tiene como objetivo analizar las Ligas Campesinas en el noreste de Brasil en una perspectiva contrahegemónica. En este sentido se necesita entender el concepto de "hegemonía" en Gramsci con el objetivo de tener una idea de "contra-hegemonía". Es esencial comprender el debate sobre el campesinado en Brasil, teniendo en cuenta que en la izquierda brasileña esta discusión fue bastante fuerte, a partir de la década de 1950, acerca de su existencia o no; y, por último, analizar las prácticas de las Ligas Campesinas. Nuestro método de investigación se da en el campo teórico, haciendo un análisis de los conceptos de "hegemonía", "contra-hegemonía", "campesinos", "campesinidade". Los resultados muestran que el concepto de contra-hegemonía es válida para evaluar la situación concreta de la lucha de la clase obrera y sus aliados. Los resultados muestran que el concepto de contra-hegemonía es válida para evaluar la situación concreta de la lucha de la clase obrera y sus aliados, al igual que con las "Ligas Campesinas" en el noreste de Brasil, que se aprovechó de una estrategia de usar el lenguaje simple, a veces profética, y por lo tanto han logrado gran parte de la población del noreste que viven en condiciones precarias en el campo.

**Palabras chave:** Hegemonía. Contra-Hegemonía. Ligas Campesinas.

### 1 Introdução

O marxista italiano Antonio Gramsci, mesmo em suas precárias condições de vida no carcere, dedicou-se fortemente ao entendimento do capitalismo, para isso elaborou uma serie de análises e conceitos como Bloco Histórico, o papel do Intelectuais, Revolução Passiva,

Oriente e Ocidente, Guerra de Manobra, Guerra de Posição, Hegemonia, e outros.

Grande parte das formulações de Gramsci são alvo de discussão, devido as precárias condições em que foram escritos os *Cadernos do Cárcere*, mas também devido aos usos e abusos de edição nas suas publicações.

No que se refere ao conceito de Hegemonia, Perry Anderson faz o esforço de buscar a gênese do conceito tentando identificar de onde Gramsci o pegou, e também dentro dos *Cadernos* analisando as diferentes formulações. Partindo daí vamos apresentar a noção de “hegemonia” em Gramsci, e tentar entender a ideia de “contra-hegemonia” tão utilizada, e atribuída ao comunista italiano.

Objetivamos, desse modo, analisar as Ligas Camponesas, do Nordeste brasileiro, em uma perspectiva contra-hegemônica. Para isso é fundamental entender o conceito de Hegemonia em Gramsci, e buscar uma ideia de contra-hegemonia. É preciso adentrar no debate sobre o campesinato no Brasil, visto que não é possível ignorar a forte discussão que foi travada pela esquerda a partir da década de 1950. E por fim fazer uma análise das praticas das Ligas Camponesas.

Não temos intenção de avaliar os erros e acertos na estratégia política das Ligas Camponesas, mas sim a potencialidade de construção contra-hegemônica desse grupo, que diante das precárias condições de vida daquele povo teve como reação a organização e a luta.

## **2 Hegemonia e Contra-hegemonia**

O conceito de Hegemonia presente nos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci não é nada simples de decifrar, Perry Anderson em “Antinomias de Antonio Gramsci”, faz um esforço de apresentar as metamorfoses que o conceito sofre ao longo dos cadernos, e trata também da sua origem e as influências para sua formulação.

Perry Anderson destaca que é de grande importância conhecer a noção de hegemonia desenvolvida antes da adoção de Gramsci, para assim poder compreender a sua função nos *Cadernos do Cárcere*. O termo hegemonia “*era um dos lemas políticos centrais no movimento social-democrata russo do fim dos anos 1890 a 1917*” (ANDERSON, 1986, p. 16).

Hegemonia emergiu nos escritos de Plekhanov, entre 1883 e 1884, e correspondia a necessidade de a classe operária russa travar um combate político contra o czarismo, e não apenas um combate econômica contra os patrões, visto que a burguesia era incapaz de travar uma luta pelo fim do absolutismo. Em 1889 sua ênfase mudou, a liberdade política deveria

agora ser conquistada pela classe operário, ou então não seria. Já em 1898, Axelrod polemizando contra o economicismo afirmou que a classe operária deveria lutar de forma independente contra a o absolutismo, visto que o papel das outras classes conferiam ao proletariado uma importância central (ANDERSON, 1986).

A nova geração de marxistas, a partir do início do século XX, adotou esse conceito. Lenin em carta a Plekhanov fazia referências a essa famosa “hegemonia” usada pela social-democracia, com objetivo de proclamar o Jornal como instrumento capaz de criar uma “verdadeira hegemonia” da classe operária na Rússia. Em “Que Fazer?” Lenin desenvolve de forma mais eloquente essa ideia de que a classe operária deveria adotar uma perspectiva “nacional” de conjunto na luta pela libertação de todas as classes e de todos os grupos oprimidos da sociedade. Corroborando com a nova ênfase dado ao conceito tanto por Plekhanov, quanto por Axelrod (ANDERSON, 1986).

Hegemonia do proletariado na revolução burguesa era, então, herança política de bolcheviques e mencheviques no II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo - POSDR em 1903. No entanto após a cisão Lenin acusou os mencheviques de abandono do conceito de hegemonia pela aceitação do papel dirigente do capital russo na revolução burguesa contra o czarismo. Após a derrota da revolução de 1905, Lenin denunciou os mencheviques pelo abandono ao axioma da hegemonia, colocando esse como politicamente indispensável para todo revolucionário marxista (ANDERSON, 1986).

Após a Revolução de Outubro de 1917, o termo hegemonia caiu em certo desuso, justamente devido a situação pós revolucionária. No entanto o conceito não morreu, e voltou a aparecer nos documentos da III Internacional Comunista, especialmente nos quatro primeiros congressos, internacionalizando o debate e o conceito de hegemonia usado pelos russos, com o dever do proletariado sendo exercer hegemonia sobre os outros grupos explorados, que deveriam ser colocados como seus aliados na luta contra o capitalismo (ANDERSON, 1986).

No quarto congresso da Internacional, em 1922, o termo hegemonia foi estendido à dominação da burguesia sobre o proletariado. Perry Anderson, diz que “*é razoável pensar que a transmissão de Gramsci da noção de hegemonia do cenário russo para o cenário italiano do movimento socialista foi feita por estes documentos*” (ANDERSON, 1986, p. 19), desse modo pode-se ver nos Cadernos do Cárcere que a ideia de hegemonia desce de forma direta das definições da terceira internacional, visto que é improvável que Gramsci tenha tido

acesso aos debates do POSDR.

Nos Cadernos do Carcere, o conceito de hegemonia aparece de maneira diversa, em diferentes momentos, no entanto Perry Anderson (1986) não deixa dúvida que acredita que o conceito descende claramente dos debates da III Internacional. O conceito aparece num primeiro momento fazendo referência a aliança da classe proletária com outros grupos de explorados. Em um segundo momento, na mesma direção teórica, Gramsci contrapõe o uso de violência contra as classes exploradas, enfatizando a necessidade do compromisso do proletariado com estas. Até aqui a utilização do conceito não se propõe tão inovador em relação à doutrina russa, do qual foi extraído.

O grande salto de Gramsci é quando ele *“estendeu a noção de hegemonia a partir de sua aplicação original, das perspectivas da classe operária em uma revolução burguesa contra uma ordem feudal, para os mecanismos de dominação da burguesia sobre a classe operária em uma sociedade capitalista estabilizada”* (ANDERSON, 1986, p. 21).

A partir desse passo, tomando também a obra de Maquiavel e sua necessidade de uma “dupla perspectiva” nas ações políticas, Gramsci coloca hegemonia como “consenso” ou “direção intelectual e moral” que se dá paralela ao uso da “força” ou “dominação”. Dessa forma e ênfase cultural que a ideia de hegemonia tomou na obra de Gramsci foi combinada com a aplicação da noção de Marx de que as classes dominantes produzirem as ideias dominantes, isso resultou em uma nova teoria marxista sobre os intelectuais.

No que se refere ao campo onde a hegemonia é exercido Gramsci tem algumas formulações, uma primeira diz que a hegemonia pertence ao campo da sociedade civil, usando Igrejas e escola como exemplo, e resta ao Estado a coerção. Em um momento posterior Gramsci fala em hegemonia não contraposta a coerção, mas sim como uma síntese de consentimento e coerção, uma combinação de força e consenso, essa mudança de “hegemonia = consenso” para “hegemonia = consenso + coesão” carrega consigo uma mudança topográfica, sendo colocada não somente no campo da sociedade civil, mas também no Estado, abrindo a possibilidade para “hegemonia política” e “hegemonia civil” (ANDERSON, 1986, p. 21)..

Perry Anderson aprofunda que há versões em Gramsci de como se exerce hegemonia. Numa primeira, Gramsci, opõe a hegemonia à sociedade política ou Estado; uma segunda o próprio Estado torna-se aparelho de hegemonia; e em uma terceira a distinção entre sociedade

civil e política desaparece, com força e consenso se tornando extensão do próprio Estado.

Diante dessa evolução e conjunção de elementos que rodeiam o conceito de hegemonia entendemos que a formulação mais avançada em Gramsci é aquele que entende hegemonia como uma combinação de força e consenso da burguesia sobre as classes subalternas, como aponta Anderson (1986).

É importante que fique claro que há diferença entre os conceitos de hegemonia quando utilizado para relacionar o proletariado com as outras classes exploradas como era feito pelos bolcheviques; e hegemonia da burguesia sobre o proletariado e demais classes como é apresentado na Internacional e Gramsci desenvolveu.

Sem desconsiderar o avanço que a noção de hegemonia de Gramsci trás, e sua contribuição na formulação da teoria marxista dos intelectuais e o melhor entendimento do capitalismo no campo da cultura como também economia e política, ela usada desse modo deixa um certo vácuo, justamente no que se refere ao modo como hegemonia era utilizado em Lenin, para designar a construção de hegemonia pelo proletariado e as outras classes exploradas. Diante disso tem-se usado frequentemente o conceito de contra-hegemonia, mesmo que este seja alvo de críticas por não ter sido formulado pelo próprio Gramsci, como aponta Hebert Souza (2013).

O trabalho de dissertação de Hebert Glauco Souza vai no sentido de apresentar que o conceito de Contra-hegemonia apesar de largamente utilizado e atribuído a Gramsci não pertence a ele, mas sim a Raymond Williams desenvolvido em “Marxismo e Literatura”, em seu trabalho faz a crítica a essa noção. No entanto há um certo vácuo, como havíamos colocado, deixado pela formulação de Gramsci, desse modo entendemos que o complemento do conceito cabe perfeitamente a análise da realidade. Hegemonia como uma combinação de força e consenso da burguesia sobre as classes subalternas, e contra-hegemonia como o esforço das classes exploradas, especialmente o proletariado, de batalhar pela construção de uma nova hegemonia, visando a superação do bloco histórico e a construção de um novo.

A partir desse chave de leitura, vamos discutir sobre as Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro como construção contra-hegemônica, não podendo passar ao largo da discussão sobre a existência ou não de campesinato no Brasil, que foi bastante disputada pela esquerda brasileira em meados do século XX.

### **3 Campesinato no Brasil**

A agitação social e organização que depois se convencionou a chamar de Ligas Camponesas foi fruto das péssimas condições de vida da população rural nordestina. Em 1955, no Engenho da Galileia, como o primeiro e emblemático exemplo, surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que depois veio a ser chamada de Liga Camponesa da Galileia, que a princípio tinha o objetivo de fundar uma escola primária e criar um fundo para comprar cachões de madeira destinadas às crianças que morriam em grande número, o estatuto da Sociedade menciona outros objetivos, de maneira marginal, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental de assistência técnica (JULIÃO, 2009).

No Engenho da Galileia, havia 140 famílias, o que totalizava quase 1000 pessoas. Diante da iniciativa o proprietário querendo acabar com o “comunismo” instalado em suas terras tomou imediata providência para impedir o funcionamento da escola, querendo extinguir a associação e até ameaçando de despejo os associados. Os camponeses resistiram, essa resistência estimulou outros grupos, e a ideia se difundiu em várias partes do Nordeste e do Brasil (JULIÃO, 2009).

É curioso notar que, como relata Francisco Julião, o nome de “Ligas Camponesas” foi dado pela imprensa reacionária num esforço de denegrir o movimento, fazendo alusão às Ligas Camponesas organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB, fundadas em 1945. No entanto o nome pegou e se espalhou. A escolha de manutenção da denominação “camponês”, em detrimento de outras como “rurícula”, por exemplo, parece ser muito mais política do que conceitual.

Na verdade havia um forte debate, durante as décadas de 1950 e 1960, sobre a existência ou não de campesinato no Brasil. Mesmo entre os pensadores do PCB havia uma forte discussão, com Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, de um lado defendendo o Brasil vinha de uma tradição feudal, portanto com forte presença camponesa, de outro encontrava-se Caio Prado Jr. com a tese de que o Brasil vinha de uma tradição capitalista.

Nelson Werneck Sodré defendia que com o declínio da escravidão os ex-escravos não foram automaticamente convertidos em trabalhadores assalariados, a estrutura fundiária não foi modificada e o desenvolvimento industrial e financeiro muito lento, dessa forma a maior

parte dos ex-escravos não foram absorvidas pelo “mercado” aderindo a relações de semisservidão. A consequência dessa tese é que, sendo o Brasil semifeudal em pleno século XX, era preciso ingressar no mundo capitalista para superar esses “restos”, através da afirmação da burguesia nacional, com o desenvolvimento da indústria nacional. O grande latifúndio era, então, o representante da classe parasitária, a quem deveria ser atribuído o atraso industrial do país e pela condição de miséria e semisservidão em que se encontravam os camponeses (LE MOS, 2009).

Alberto Guimarães Passos, em seu “Quatro Séculos de Latifúndio”, discorrendo sobre a gênese da estrutura agrária brasileira e os efeitos sobre os camponeses e sobre o conjunto da sociedade brasileira defende o caráter feudal da estrutura agrária brasileira, desse modo, para ele, o embrião da classe camponesa surgiu a partir das sangrentas lutas ao longo dos três primeiros séculos de colonização com o grande latifúndio impedindo o acesso à terra pelas grandes massas humanas oprimidas (GUIMARÃES, 2009).

Caio Prado Jr., por sua vez, colocava que o Brasil pós abolição, mesmo com a substituição da mão de obra escrava, não alterou seu modo de produção, predominou a grande propriedade rural que produzia para exportação, assim não se constituiu uma classe camponesa, o que demonstra que o trabalho escravo não foi incompatível, mas “funcional” com a acumulação capitalista (REIS, 1999). Diante disso Caio Prado nega a suposta existência de um feudalismo ou semifeudalismo no campo brasileiro, para ele, as instituições chamadas “barracão”<sup>1</sup>, “cambão”<sup>2</sup>, “parceria” e as outras formas intensivas de exploração do trabalho não tem relação com feudalismo. Ele coloca em sua “Revolução Brasileira” discutindo com ou autores já citados que parece que o conceito “Feudal” passou a ser sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, deixando de lado a perspectiva história, afinal o feudalismo (da Europa Medieval e da Rússia no século XIX e início do XX) tem por base do sistema econômico uma economia camponesa, da exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural, o que não corresponderia as condições do Brasil, visto que a grande propriedade no Brasil atende a interesses capitalistas (PRADO JR., 2014).

---

1 Fornecimento de gêneros aos trabalhadores pelo proprietário, em regra a preços extorsivos (JULIÃO, 2014).

2 Prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra, sistema corrente sobretudo no Nordeste. O cambão é o dia de graça dado ao dono da terra além do foro ou a renda. (JULIÃO, 2012; 2014).

Caio Prado ainda coloca que:

a uma economia camponesa constitui historicamente, no geral, a negação da grande exploração, pois resultou em regra da decomposição e destruição da grande exploração pelo parcelamento da base fundiária em que ela assentava, seja pela divisão da propriedade, seja pelo fracionamento da exploração em parcelas arrendadas [...] a manutenção do camponês, a sua fonte de recursos provém de atividade agrícola parcelária e individual que realiza na gleba que ocupa a título de empresário da produção (PRADO JR., 2014).

Dai surge a rejeição de Caio Prado a aplicação do conceito de campesinato no Brasil, em “A Questão Agrária no Brasil” ele vai dizer explicitamente que:

É preciso não confundir, como frequentemente se faz, a situação do trabalhador empregado na grande exploração brasileira com a do verdadeiro *camponês*, que, esse sim, como produtor que é, ou com essa tradição de produtor (é o caso, por exemplo, do camponês europeu, seja ou não proprietário), é ao mesmo tempo um trabalhador e executor de tarefas, e um dirigente desse trabalho e dessa execução (PRADO JR., 2014).

Sobre esse “verdadeiro camponês”, de acordo com o modelo europeu, Chayanov é uma grande referência a partir dos estudos que desenvolveu sobre a questão agrária e campesinato na Rússia pré e pós revolução de 1917, trabalhando a partir da noção de que a economia camponesa não obedece a uma lógica capitalista nem feudal de produção, mas trata-se de um modo de produção propriamente camponês. A Lei de Chayanov diz que quanto maior a capacidade de trabalho de um grupo, menos seus membros trabalham (ARCHETTI, 2014), ou seja há um equilíbrio entre trabalho e consumo, com o trabalho camponês sendo limitado pelo objetivo primordial de satisfazer as necessidades de sua família (ABROMOVAY, 2007).

Considerando a perspectiva de Chayanov não fica descartado as ideias de Marx que a economia camponesa é, por definição, uma economia mercantil, onde o camponês vende para poder comprar. No entanto fica incompleto dessa forma, é preciso considerar uma série de outros elementos como a relação com a terra – que deve ser de posse – a relação com o trabalho, com a família, com a comunidade e também com o mercado.

Em relação a perspectiva de Caio Prado Jr., Nazereth Wanderley (1985) faz um apontamento mais do que acertado ao dizer que ele fez uma importante crítica as “teses feudais” do PCB, no entanto exagera em as análise ao entender todas as relações de produção no campo como assalariadas, eventualmente não monetariamente. Otávio Velho (2014) desenvolve um estudo de caso ao qual chega a conclusão que há um *continuum* entre



proletário rural e camponês, de modo que esse *continuum* abre a possibilidade que se desenvolvam expressões e sujeitos como “camponeses sem terra” e/ou “proletários com consciências camponesa”, nessa linha a primeira conclusão a qual Wanderley chega é que não há uma separação rígida entre camponeses e trabalhadores rurais, visto que ambos estão vinculados ao capitalismo no Brasil.

Uma abordagem mais antropológica como a de Woortman (1990) desenvolve o conceito de “graus de *campesinidade*”, como uma qualidade presente em maior ou menor grau em grupos distintos, a partir da ética camponesa que se desenvolve em um determinado grupo, ou seja, não unicamente a partir de uma perspectiva econômica.

Essa noção de *campesinidade* é interessante para explicar os movimentos de natureza camponesa, mesmo que esses não se encaixem teoricamente ou conceitualmente no “verdadeiro camponês”, como colocamos a pouco no sentido mais clássico do termo. Serve para explicar por exemplo as Ligas Camponesas e o esforço de Francisco Julião e seus dirigentes de trabalhar com um conceito de camponês bem amplo contemplando rendeiros ou foreiro, parceiros, meeiros, posseiros, vaqueiros. Se tornando um conceito muito mais político do que teórico

É importante ter em mente essa discussão para o melhor entendimento das Ligas, e poder enxergar sua construção contra-hegemônica, e as estratégias para essa construção, no sentido de que deu impulso a um movimento preocupou até na maior potência imperialista do mundo, os Estados Unidos.

#### **4 As Ligas Camponesas como prática contra-hegemônica**

Para entender a construção das Ligas, é fundamental tem dimensão da precariedade da vida da população rural nordestina, que vivia submetida aos mandos e desmandos da classe dominante. Essa condição pode ser ilustrada com o espanto do próprio Celso Furtado, profundo conhecedor da realidade nordestina, ao constatar que os trabalhadores no campo recebiam entre Cr\$20,00 e Cr\$30,00 com uma jornada de 10 horas de trabalho por dia, quando deveriam ganhar entre Cr\$200,00 e Cr\$300,00 (JULIÃO, 2014, 287).

Diante dessa situação o movimento que começou a se organizar no Engenho da Galileia se espalhou, e com ela a reação conservadora através da violência, pode-se constatar com exemplo ilustrativo o caso do assassinato de João Pedro Teixeira da Liga Camponesa de Sapé – PB. Que está muito bem apresentado no documentário de Eduardo Coutinho “Cabra

Marcado para Morrer” que começou a ser filmada na década de 1960, mas impedido pelo Golpe de 1964 só foi concluído em 1986.

Sobre a situação geral de vida dos camponeses nordestinos é interessante assistir o mini documentário produzido pela TV estadunidense ABC, de nome *The Troubled Land* (1964), que apresenta as ligas camponesas com preocupação, considerando a memória recente da Revolução Cubana de 1959.

Francisco Julião apresenta que é o “*Camponês, isto é, o rezeiro ou foreiro, o parceiro, o meeiro, o posseiro, o vaqueiro, que formam a esmagadora maioria do campesinato brasileiro, têm, entre nós, melhores condições do que o assalariado agrícola de organizar a luta contra o latifúndio*” (JULIÃO, 2014, p. 291).

Como se vê sua definição atende a critérios muito mais políticos do que teóricos, carregada de significado visto que as Revoluções chinesa e cubana tiveram um caráter camponês, em grande medida. Ao longo do trabalho vamos nos remeter aos membros na liga como camponeses afim de evitar confusão, concordando em parte que representam uma categoria política e não histórica de maneira rígida, e em parte concordando com a noção de campesinidade.

A imprensa, como diversos setores da sociedade, refletia, “*como é natural nesse regime, a violência do latifúndio*” (JULIÃO, 2014, p. 280), violência que não é pouca, como o próprio Julião nos apresenta em suas escritos, mas podemos perceber também através dos relatórios de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que foi instaurada em 5 de julho de 1961, onde os deputados tomaram depoimentos de proprietários, líderes camponeses, militares (como o então comandante do IV Exército no Recife, Costa e Silva, por exemplo), religiosos, deputados, desembargadores e do próprio Francisco Julião (SANTIAGO, 2012).

Mas para que as Ligas causassem tamanha preocupação foi necessário um grande esforço de articulação e construção, “*a Liga nasce, como uma flor, por cima dessa podridão*”, diz Julião. Inevitavelmente vamos nos remeter muito ao que foi dito/escrito por ele, visto que ele foi o grande articulador das Ligas Camponesas, e escreveu abundantemente folhetos e boletins em linguagem simples, em certo tom evangélico, para ampla compreensão da massa de camponeses iletrados, “Guia”, “ABC...”, o “Recado..”, a “Cartilha..”, a “Carta de Alforria...”, tudo isso usado como para despertar, atrair, unir e agonizar os camponeses, através de uma clara construção contra-hegemônica.

Em ABC do Camponês, por exemplo, diz “*a tua liberdade, camponês, depende da tua união. A tua união depende da tua vontade. E a tua vontade depende da tua necessidade. Porque a necessidade cria a vontade. A vontade cria a união. E a união cria a liberdade*” (JULIÃO, 2012a, p. 193) e continua dizendo que “*quem tem liberdade tem o trabalho. E quem ama o trabalho merece a terra. Porque a terra deve ser de quem nela trabalha. Terra é sossego, é paz, é pão, é água, é casa, é agasalho, é escola, é saúde e é vida*” (JULIÃO, 2012a, p. 193).

Dessa forma a ideia de liberdade é sempre associado a ideia de união, mas não qualquer união, sempre união em torno da luta pela terra. No mesmo documento explica que a reforma agrária é:

o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. E a defendê-la da erosão. É o fim da seca no Nordeste. É a luta contra o travessão que acabou com a ação do bode e do carneiro. É a faixa verde em torno das cidades e à beira das estradas de ferro e de rodagem. É o dinheiro emprestado em longo prazo. E a juros de seis por cento ao ano. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É a liberdade contra a escravidão (JULIÃO, 2012a, p. 194)

Sempre de forma profundamente didática e acessível para o entendimento da massa camponesa, Julião coloca a reforma agrária como a resposta aos dilemas, e a partir disso mobiliza um movimento gigantesco. Sempre chamando “*Camponês, organiza-te nas Ligas com todos os teus irmãos de sofrimento. Para libertar o Brasil!*” (JULIÃO, 2012a, p. 196).

É muito claro o objetivo de reunir as massas camponesas despossuídas, desprivilegiadas em torno de uma bandeira, da conscientização e união da “classe” em torno de um objetivo comum, a destruição do latifúndio.

Na Carta de Alforria do Camponês, apresenta o “*latifúndio é cruel. Escora-se na polícia. E no capanga. Elege os teus piores inimigos. Para ganhar o teu voto, usa duas receitas: a violência ou a astúcia. Com a violência ele te faz medo*” (JULIÃO, 2012b, p.198), encoraja a resistência “*quem precisa mudar, camponês, és tu. Mas tu só mudarás se matares o medo. E só há um remédio para matar o medo: é a união*” (JULIÃO, 2012b, p.198).

Em muitos momentos Julião fala em liberdade, associando liberdade à terra, ao pão, a casa, ao remédio, a escola, a paz, enfim ao suprimento das necessidades. E o único caminho

para atingir a liberdade é união, sempre a união, o fortalecimento das Ligas, a constituição em classe organizada, combativa. É, então,

Por isso é que a Liga existe. E é para isso que tu deves entrar na Liga. Lutar pela Liga. Porque a Liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união. E a união, digo e repito, é a mãe da liberdade. Quem for foreiro, parceiro, posseiro ou pequeno dono de terra deve entrar na Liga. E marchar com ela. Porque ela é o guia que te ensina o caminho da liberdade (JULIÃO, 2012b, p.200)

Outro meio de divulgação das Ligas entre as massas camponesas foi o uso da “poesia popular”, os violeiros ou cantadores, que normalmente vendiam seus folhetos nas feiras, unindo canção e poesia baseavam davam destaques a temas como “*luta do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, do camponês contra o latifundiário*” (JULIÃO, 2014, p. 283), para isso não precisava dizer diretamente, podia despistar, usar outro cenário para sua peleja, mas despertavam o sentimento de “tomar dos ricos para dar ao pobre”.

Uma outro feito, que acabou não acontecendo devido ao Golpe Militar em 1964, foi o de incorporar o padre Cícero às Ligas Camponesas. Havia um plano de fazer uma peregrinação levando uma estátua do padre, encomendado ao escultor Abelardo da Hora, até o Juazeiro do Norte (CE). O ato seria na forma de uma marcha, durante o período da romaria que se faz anualmente por lá. Na estátua estaria os dizeres: “Ligas Camponesas do Nordeste, romaria ao Juazeiro do padre Cícero”, ela seria fotografada e a partir da foto seriam distribuídas cópias para serem distribuídos por todo o Nordeste (SANTIAGO, 2004, p. 176).

O objetivo estratégico do plano era fazer com que as Ligas penetrassem no sertão, onde tinham pouca influência, a ideia era ir com cerca de cinquenta caminhões ao Juazeiro, a estátua seria levada para ser benzida pelo padre da igreja. Seria um acontecimento – cerca de 2,5 mil camponeses carregando a estátua do padre Cícero e defendendo a reforma agrária. O ato estava programado para acontecer em 1965, ano das eleições presidenciais, desse modo a estratégia era que a marcha tivesse impacto também no processo eleitoral. A entrada em Juazeiro seria no dia 7 de setembro, quando ocorre a romaria, as eleições aconteceriam pouco depois em outubro, dessa forma se tudo corresse como o esperado o plano seria fazer uma marcha também em Brasília. O único problema é que o golpe aconteceu antes.

Como já foi dito, não é intenção fazer a avaliação política dos erros e acertos da estratégias das Ligas Camponesas, mas tentar fazer uma avaliação a partir da construção contra-hegemônica. Nesse sentido analisar “medo” de uma situação revolucionária no

Nordeste é uma excelente indicador de sucesso dessa construção. Desse modo por mais que tivesse ou não em situação revolucionária, era mais do que real a preocupação internacional, especialmente dos Estados Unidos, como aponta Santiago (2012).

O jornal estadunidense *The New York Times* brandava em manchete, de 1º de novembro de 1960, “Marxistas estão organizando os camponeses no Brasil”. O mesmo jornal já noticiara “O surgimento de uma situação revolucionária é cada vez mais nítido” no Nordeste. Em ambas as matérias o foco estava na atuação das Ligas Camponesas, e sua relação com Fidel Castro e Mao Tse-tung como afirmavam as reportagens assinadas por Tad Szulc (SANTIAGO, 2004).

As Ligas Camponesas preocuparam até o presidente dos Estados Unidos John Kennedy que afirmara em discurso, no dia 15 de julho de 1961: “Nenhuma área tem maior e mais urgente necessidade de atenção que o vasto Nordeste do Brasil”. Em nenhum outro momento houve tanto tanto estadunidense no Brasil e em Pernambuco quanto no início dos anos de 1960. A Aliança para o Progresso, criada pelo governo Kennedy, visava fornecer assistência socioeconômica para a América Latina, entre suas metas propunha melhorar a distribuição de renda e promover a integração econômica visando à implantação de um mercado comum latino-americano. (SANTIAGO, 2004).

No Recife, o consulado estadunidense tinha uma extensiva equipe contando com 14 vice-cônsules e um cônsul, que eram agentes da CIA, conforme informações publicadas por Moniz Bandeira e nunca desmentidas.

Moniz Bandeira, cientista político e estudioso do Governo João Goulart, em entrevista diz que: “o governo estadunidense temia que eclodisse no Nordeste uma insurreição camponesa, devido às atividades das Ligas e às suas vinculações com Cuba” (SANTIAGO, 2004, p. 161). Ele destaca também que “Julião teve enorme importância ao despertar a consciência nacional para a necessidade da reforma agrária” (SANTIAGO, 2004, p. 162).

Também em entrevista o cientista político estadunidense Anthony Pereira que é especialista em questões agrárias do Nordeste e, em particular, de Pernambuco, diz que:

Julião teve um impacto na política estadunidense para a América Latina. A ênfase dos EUA pela reforma agrária durante os anos da Aliança para o Progresso no governo Kennedy (1961-1963) foi em parte decorrente da ação das Ligas Camponesas e do temor dos EUA de uma revolução no Nordeste brasileiro. Claramente, a Revolução Cubana de 1959 foi o fator principal também, mas é frequentemente esquecida agora a preocupação que havia em relação ao Nordeste do Brasil nos círculos da política externa dos Estados

Unidos no início anos de 1960 (SANTIAGO, 2004, p. 167).

Fica claro então que as Ligas Camponesas causaram grande preocupação na maior potência imperialista, os Estados Unidos, e em sua medida foi uma das causas que impulsionaram o Golpe Militar para barrar qualquer atividade de cunho “revolucionária” ou até mesmo reformista. Fica ainda mais claro que a estratégia de criação de contra-hegemonia por parte das Ligas Camponesas tem muito a ensinar, foi um movimento de massa, que não sendo parado pelo Golpe teria crescido ainda mais, independente dos erros e acertos teóricos e políticos atingiu as massas oprimidas do Nordeste.

## **5 Considerações Finais**

O conceito de contra-hegemonia é válido para avaliar a situação concreta de luta da classe trabalhadora e de seus aliados. A partir de meados do século XX, no Nordeste brasileiro, as Ligas Camponesas se apresentam em ebulição, agregando número cada vez maior de pessoas e famílias em torno da união enquanto classe camponesa e da luta contra o latifúndio.

Os dirigentes das Ligas, em especial, Francisco Julião, como podemos perceber em seus escritos, trabalharam fortemente com objetivo de construir essa unidade. Através de uma linguagem simples, muitas vezes profética, atingiram o grande público que vivia em condições precárias. A estratégia usada foi bastante eficiente e como pudemos observar, sem julgar os erros teóricos e políticos, produziram mobilizações de massa e causaram preocupação de maneira significativa nos Estados Unidos da América.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDERSON, Perry. Antinomias de Antônio Gramsci [1976]. **Crítica Marxista – A Estratégia Revolucionária na Atualidade**. São Paulo: Joruês, 1986.

ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ARCHETTI, Eduardo P.. Contextualização Histórica do Debate Sobre a Questão Agrária na Revolução Russa. In. CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil: 1984. (1h 59min), colorido. Disponível em: <<[https://www.youtube.com/watch?v=JE3T\\_R-eQhM](https://www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM)>> Acesso em 05 de Ago. 2016.

- GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Carcere – Vol. 1**: Introdução ao estudo de filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Carcere – Vol. 3**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Carcere – Vol. 5**: O *Risorgimento*. Notas Sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da Pequena Propriedade: Intrusos e Posseiros [1963]. In. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas – Vol. 1. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 45-56.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica no Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.
- JULIÃO, Francisco. ABC do Camponês. In. STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e natureza das ligas camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 193-196
- \_\_\_\_\_. Carta de Alforria do Camponês [1961]. In. STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: História e natureza das ligas camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 197-207
- \_\_\_\_\_. Que São Ligas Camponesas? [1962]. In. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas – Vol. 1. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 271-297.
- KOHAN, Néstor. **Gramsci para principiantes**. Buenos Aires: Era Naciente, 2004.
- LEMOIS, Alexandre Piana. A Formação Histórica Brasileira: Perspectivas Marxistas. **Revista do Corpo Discente do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre: V. 2. N. 3. 2009. Disponível em:  
<<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10583/6222>> Acesso em 13 jan. 2016.
- MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012. Formato: ePub. Paginação irregular
- \_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo : Boitempo, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 18, p.43-63, 1993.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. **Topoi**, Rio de Janeiro. v. 10, n. 18, p. 48-66. jan.-jun. 2009
- PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira & A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Formato: ePub. Paginação irregular
- REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução brasileira”. **Revista Brasileira**

de **História**. São Paulo: v.19, n.37, Set. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100012&lng=&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100012&lng=&nrm=iso)>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SANTIAGO, Wandek. Francisco Julião, As Ligas Camponesas e o Golpe Militar de 1964 [2004]. In. STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das ligas camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Nivalter Aires dos. **A Integração do Mercado Nacional e o Ciclo do Algodão na Paraíba: Impactos na Economia de Campina Grande (1910 - 1985)**. Campina Grande: UFCG, 2013

SOUZA, Hebert Glauco de. **Contra-hegemonia: Um conceito de Gramsci?**. Belo Horizonte: PPGC/UFMG, 2013.

THE TROUBLED LAND. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Coordenação de William Starkey. EUA: American Broadcasting Company, 1964. (25min), preto e branco. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=6zTxCB1Y7uE&feature=youtu.be&a>>> Acesso em 02 Abr. 2016.

VELHO, Otávio Guilherme A. C.. O Conceito de Camponês e sua Aplicação à Análise do meio rural brasileiro [1969]. In. WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas – Vol. 1**. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 89-96.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B.. O Campones: Um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tenol.** Brasília, n. 2, p. 13-78, jan./abr. 1985.

WOORTMAN, Klaas: ‘Com parente não se neguceia’: o campesinato como ordem moral. In. **Anuário Antropológico 87**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Editora da UnB, 1990.